

83008

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 2.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)
Realizada em 19 de Março de 1971
(Sexta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

As 10:00 horas, é registrada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rogério Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio aZnusso Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, David Federmann, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinardt, Ovidio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xerxofonte Villanueva, (47).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

MENSAGEM

3/71

Curitiba, 18 de março de 1971

Senhor Presidente

De conformidade com o previsto na Mensagem n.º 2-71, de 16 do mês corrente, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para submeter à elevada consideração dessa augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei, que adiciona um parágrafo ao artigo 56, da lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970.

O parágrafo que se pretende aditar ao artigo de lei citado, é de natureza interpretativa. Embora o regime do tempo integral e dedicação exclusiva esteja estabelecido com clareza na lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, devendo abranger, apenas, funcionários que exerçam as suas atividades em regime de tempo parcial e, conseqüentemente, em condições de optar pelo regime de tempo integral, a verdade é que tem havido distorção na interpretação da lei.

O advogado, o médico o engenheiro, por exemplo, pode trabalhar para o Estado no período da manhã e, no da tarde, dedicar-se às suas atividades particulares. Havendo interesse da administração, poderá cada um deles, optar pela prestação de regime de tempo integral e dedicação exclusiva, percebendo a gratificação correspondente.

O mesmo não acontece com o Magistrado, com o Promotor Público, com o Conselheiro, Auditor e Procurador do Tribunal de Contas. Pela natureza mesma do seu serviço, o seu regime de trabalho já é de tempo integral e dedicação exclusiva. Ninguém pode ser juiz, por exemplo, no período da manhã e exercer outra atividade privada na parte da tarde.

Não tem condições, assim de optar pelo regime de tempo integral. O seu regime já é, por natureza, de tempo integral. Da proposição, que ora submeto à elevada apreciação da Assembléia Legislativa, não tem outro objetivo, senão impedir e evitar a aplicação desarrazoada do aludido regime de trabalho.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

a) **Haroldo Leon Peres**
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — O parágrafo único do artigo 56, da lei n.º 6.174, de 16 de novembro de 1970, passa a constituir o parágrafo 1.º, acrescentando-se, ao dispositivo legal citado, um parágrafo 2.º, com a seguinte redação:

§ 2.º — A disposição deste artigo não se aplica aos titulares de cargos que, pela sua natureza, exigem tempo integral e dedicação exclusiva, especialmente os da Polícia Militar do Estado, do Ministério Público, da magistratura, bem como os de conselheiro, auditor e procurador do Tribunal de Contas.

Art. 2.º — Esta lei entrará vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

A Comissão de Constituição e Justiça.

INDICAÇÃO:

Senhor Presidente:

Na qualidade de Líder da Aliança Renovadora Nacional, indico à Mesa, para comporem as Comissões Técnicas da Casa, os seguintes senhores Deputados:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Paulo Poli — Basílio Zanusso — Francisco Borsári — Fabiano Braga Côrtes — Jorge Sato — Fuad Nacli.

SUPLENTE

Armando Queiroz — Agnaldo Pereira Lima — Pinto Dias — Acyr José — Cândido Manoel — Wilson Brandão.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Pinto Dias — Leopoldo Jacomel — Xenofonte Villanueva — Agnaldo Pereira Lima.

SUPLENTE

Francisco Escorsin — Armando Queiroz — Arthur de Souza — Ovídio Franzoni.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Armando Queiroz — Emilio Carazzai — Athur de Souza — Wilson Bran-

ção — Odilon Reinhardt — Igo Losso — Acyr José — Cândido Manoel — Gilberto Carvalho.

SUPLENTE

Pinto Dias — Fabiano Braga Côrtes — Jorge Sato — Francisco Borsari — Ovidio Franzoni — Leopoldo Jacomel — Fuad Nacli — Santos Lima — Lopes Júnior.

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Lopes Júnior — Arizone Mendes Araújo — Francisco Escorsin — Acyr José.

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Santos Lima — Pinto Dias — Arthur de Souza.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gilberto Carvalho — Lázaro Dumont — Francisco Borsari — Antonio dos Santos Maciel.

SUPLENTE

Basilio Zanusso — Paulo Poli — Pinto Dias — Wilson Brandão.

COMISSÃO DE FINANÇAS

Leopoldo Jacomel — Ovidio Franzoni — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Erondy Silvério — Santos Lima.

SUPLENTE

Agnaldo Pereira Lima — Armando Queiroz — Acyr José — Arthur de Souza — Xenofonte Villanueva — Jorge Sato.

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO e COLONIZAÇÃO

Marciano Baraniuk — Arizone Mendes Araújo — Santos Lima — Francisco Escorsin.

SUPLENTE

Santos Maciel Filho — Pinto Dias — Armando Queiroz — Paulo Poli.

COMISSÃO DE TURISMO

Arizone Mendes Araújo — Basilio Zanusso — Gabriel Manoel Jorge Sato.

SUPLENTE

Pinto Dias — Agnaldo Pereira Lima — Leopoldo Jacomel — Francisco Escorsin.

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lázaro Dumont — Antonio Maciel — Marciano Baraniuk — Francisco Escorsin.

SUPLENTE

Leopoldo Jacomel — Fuad Nacli — Basilio Zanusso — Agnaldo Pereira Lima.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Pinto Dias — Cândido Manoel — Wilson Brandão — Santos Maciel Filho.

SUPLENTE

Armando Queiroz — Jorge Sato — Xenofonte Villanueva — Santos Lima.

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

João Calil Fadel — Paulo Camargo — Emílio Carazzai — David Federmann.

SUPLENTE

Arizone Mendes Araújo — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni — Jorge Sato.

COMISSÃO DE POLÍCIA

Wilson Brandão — Santos Lima — Agnaldo Pereira Lima — Paulo Poli.

SUPLENTE

Pinto Dias — Francisco Escorsin — Jorge Sato — Arizone Mendes Araújo.
Sala das Sessões, em 18 de março de 1971.

(a) — João Mansur

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, seja oportunamente convidado o dr. Jayme Lerner, novo Prefeito de Curitiba, para visitar a Assembléia Legislativa do Estado, para que S. Exa. tenha oportunidade de manter contato com os representantes do povo paranaense, bem como possa apresentar o seu programa administrativo que deseja implantar em Curitiba, se assim o desejar. Requeiro a designação de uma Comissão de 7 (sete) Deputados para efetuarem o convite, se fôr este aprovado.

Sala das Sessões, em 19 de março de 1971.

(aa) — Igo Losso e mais 7 senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

A Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o sr. Presidente da Câmara Municipal de Alto Piquiri sr. Juracy Gomes Ribeiro, do sr. Prefeito Municipal de Iporã, sr. Augusto Rodrigues Gonçalves, e do sr. Prefeito Municipal de Araruna, sr. Antônio de Souza Pereira.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

com a presença de 47 srs. Deputados

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA: — da Proposição n.º 13-71, Mensagem Governamental n.º 2-71, que indica o nome do Engenheiro Arquiteto Jayme Lerner para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba. — Parecer favorável da Comissão Especial.

COMISSÃO ESPECIAL

(DESTINADA A OPINAR SOBRE A INDICAÇÃO DO DR. JAYME LERNER PARA OCUPAR O CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA)

P A R E C E R

O nobre Governador do Estado do Paraná, através da Mensagem n. 2-71, de 16 do corrente, indica o nome do Engenheiro Arquiteto Jayme Lerner para ocupar o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, em obediência ao que estabelece o art. 15, § 1.º, alínea b), da Constituição do Estado.

2. Nos termos da Resolução n. 2-66, de 5 de outubro de 1966, compete a esta Comissão opinar em forma de parecer, evidentemente sobre as condições exigidas pela legislação vigente para o exercício do cargo de Prefeito Municipal.

3. Cotejadas as normas legais específicas com os requisitos pessoais do notado cidadão cujo nome é submetido a apreciação deste Poder, cumprenos registrar desde logo, o total atendimento, de parte do Dr. Jayme Lerner, aquelas exigências.

4. Há mais, porém. Por sobre o "curriculum vitae" do Engenheiro Jayme Lerner, do acervo de conhecimentos técnicos adquiridos no país e nos centros mais adiantados do mundo, do talento profissional comprovado por obras de vulto e de repercussão internacional, ressalta a singularidade da sua formação humanista. Espírito de fina sensibilidade, mantém-se engajado, todo inteiro, à problemática da sociedade moderna, brasileira e da própria humanidade, especialmente no que diz respeito ao fenômeno altamente complexo e de profundas implicações da urbanização.

5. Por esses motivos aqui tocados apenas pela superfície, em decorrência da exiguidade do tempo, mas que em outra oportunidade merecerão tratamento adequado à sua relevância, e por estar a indicação do Engenhei-

ro Arquiteto Jayme Lerner em perfeita harmonia com a legislação, opino, com muita honra, pelo andamento do processo, para ser submetido e aprovado na instância plenária.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de março de 1971

aa) Acyr José, Presidente — Arthur de Souza, Relator — Sebastião Rodrigues Júnior, Erondy Silvério e Borsari Neto.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Arthur de Souza.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta Casa está hoje reunida e tem uma ação meritória, estamos apreciando a indicação que S. Exa. o sr. Governador do Estado fez para que Curitiba se veja governada municipalmente e tenha o seu alcaide. A indicação é do engenheiro arquiteto Jayme Lerner, cuja competência todos conhecem. Curitiba, o Paraná e o Brasil todos conhecem esse ilustre engenheiro e, para felicidade nossa, o exterior também conhece a capacidade deste jovem no que diz respeito à sua nobilitante profissão.

Srs. Deputados, tivemos a honra de fazer parte da Comissão indicada para apreciar a Mensagem Governamental n. 2-71, cuja Comissão é composta por cinco membros, onde temos como colegas SS. Exas. os srs. deputados Acyr José, Francisco Borsari Neto, Sebastião Rodrigues e Erondy Silvério. Essa Comissão ontem mesmo se apressou em fazer uma reunião, ocasião em que foi eleito Presidente o deputado Acyr José, e este Deputado teve a honra de ser indicado Relator da matéria. A Comissão, unânimemente aprovou o nome indicado por S. Exa. o sr. Governador e, unânimemente também entendeu que, embora fôsse prerrogativa sua ouvir e sabatar o Prefeito de Curitiba, isto era completamente desnecessário, uma vez que conhecia de sobejo a capacidade do homem que estava sendo indicado, que estava sendo escolhido. Assim se abriu mão de sabatar S. Exa. o sr. Prefeito Municipal.

Sobre o Parecer apresentado pela Comissão gostaríamos ainda de fazer uma referência à atitude do MDB. Esse partido que foi muito bem representado pelo deputado Rodrigues Júnior, votou com o Parecer e votou na Comissão, inclusive também dispensando essa sabatina do sr. Prefeito. Mas, esclarecia aquele Deputado que o comportamento do MDB na votação em Plenário, faria restrições, não à pessoa do arquiteto indicado, não à indicação feita pelo sr. Governador do Estado, já que entendia que foi uma indicação acertada. Mas que o MDB, numa obediência às normas, às diretrizes, ao desideratum da facção nacional, ou melhor, do partido no âmbito nacional, faria restrições no Plenário, quanto à indicação, já que entende que, como partido de oposição que é, que a escolha do Prefeito da Capital deveria ser feita pelo voto direto do povo.

Era a restrição feita e à qual nos referimos por uma questão de justiça, porque dissemos que houve unanimidade de votos na Comissão, e talvez pensassem que houve precipitação de nossa parte, quando dissemos unanimidade, já que houve essa restrição.

Era o que tínhamos a dizer com referência à indicação, o Parecer e os trabalhos dessa Comissão, composta pelos membros já citados aqui. — (Sem revisão do orador).

C SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença neste Plenário do deputado federal Sílvio Barros.

Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, sr. deputado Nivaldo Krügger.

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Sr. Presidente, srs. Deputados.

(Lendo): "Em cumprimento a dispositivo constitucional, eis-nos reunidos para entregarmos a Curitiba e aos seus 700 mil habitantes, o seu Prefeito.

A nossa formação, inspirada por princípios profundamente arraigados à defesa do povo, não os deixa tranquilos com consciência, para a posição que nos resta no quadro que o imperativo da lei nos coloca, sem que façamos um esclarecimento do nosso voto.

De um lado os ditames da lei, desencadeando os fatos, desde a posse do novo governante estadual em vacância do cargo de Prefeito da Capital, até o excelente conceito pessoal e profissional do candidato indicado à nossa apreciação.

Já pelo outro lado os princípios e convicções que embasam idéias, que constituem a estrutura do movimento político que integramos, com fidelidade às mesmas, e coerência a esses princípios, que entendemos serem fundamentais para sua sobrevivência e restauração da plena democracia no País.

Ao tomarmos posição assim descrita, a fazemos com serenidade, sem que represente desconsideração à pessoa do candidato proposto mas sim com o sentido de coerência ao nosso programa, em virtude da defesa que vimos fazendo da eleição direta, através do voto direto e do sufrágio universal, para todos os cargos eletivos.

Não desertamos. Nossas presenças e participação neste ato, têm o fito afirmativo de crédito à prometida normalização democrática.

Nosso voto será em branco.

A falta de alternativas fazem dele um sentido de abstenção, como maneira única de manifestarmos a nossa desaprovação, a um processo injusto, anti-democrático...

O sr. Arthur de Souza — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Como V. Exa. assegura que votará em branco gostaríamos de lembrar que, dentro do sistema da Casa, existe a cédula "sim" ou "não". O MDB terá que votar contra a indicação. A votação não poderá ser em branco. Ou se abstém de votar ou vota "sim" ou "não".

E uma colaboração que quero dar ao discurso de V. Exa. no que diz respeito ao Regimento da Casa.

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Agradeço a V. Exa.

(Continua lendo): "... e profundamente negativo na indispensável evolução do aperfeiçoamento do sistema, exatamente por subtrair da população dos centros mais adiantados o direito de opção e escolha de seus mandatários.

A incongruência não é admissível, quando se sabe que em outras cidades e municípios, regidos pela mesma ordem jurídica, o voto popular é acolhido.

O paradoxo é perplexante, tanto mais quando os que defendem a exceção não procuram arrimá-la em fundamentos de ordem doutrinária ou de ética política. Explicam-na antes como uma inovação de razões de segurança pública e sob a alegação de que, pela sua importância, os Municípios das capitais devem manter estreitas ligações com os Governos dos Estados, porquanto não deve haver hipótese das desvinculações políticas dos respectivos governadores com os prefeitos.

Evidencia-se aqui a negativa do princípio da igualdade perante a lei. Por que a uns a autonomia e a outros a tutela? Não saberá melhor do que nós que provimos de outras regiões, o povo da Capital dos seus problemas e dos seus anseios? Dirigir-se a quem?

Parece-nos absurdo que se submeta ao povo de uma Capital, o arbítrio de representantes de populações do Norte, Sul, Litoral e Oeste..."

O sr. Mugatti Filho — O meu aparte é no sentido de colaborar com o discurso de V. Exa.. O nobre deputado Arthur de Souza disse que o Regimento da Casa declara que o Deputado presente não poderá se abster de votar. Mas, a Legislação Federal hoje no Brasil institui a obrigação do voto. A bancada do MDB tem o direito e a obrigação de votar. Votaremos em

branco ou pelo "sim" ou pelo "não" dependendo da consciência de cada um de nós.

A nossa bancada, como bem V. Exa. está dizendo, irá votar em branco.

O SR. NIVALDO KRUGGER — Agradeço o aparte de V. Exa. que veio esclarecer a questão de ordem levantada pelo ilustre deputado Arthur de Souza, cuja afirmação está consubstanciada nesta declaração.

(Continua lendo): — "Daí porque referi-me à questão de consciência e a sintonia destas afirmações com o voto dado em separado pelo deputado Sebastião Rodrigues, na Comissão Especial que analisou a proposição governamental.

Cremos que pela autonomia política e administrativa dos municípios é que teremos o caminho mais curto para atingirmos a maioria político-social e nunca no regime de tutela. Neste não se desenvolverão as características democráticas da personalidade nacional, como o gosto pela liberdade de escolha, a responsabilidade no ato de votar e a co-responsabilidade nos atos governamentais.

Certamente inspirado por reflexões dessa ordem foi que o deputado Accioly Filho ao orientar o seu voto na Comissão de Justiça, afirmou: — "Não, tendo escolhido o governante, o povo se mantém indiferente à gestão dela e chega à insensibilidade com o próprio Estado".

Já o jurista Flôres-Soares manifesta-se sobre o fato dizendo que "usurpar do povo o direito de eleger o seu Prefeito é mais um crime que se pratica contra a democracia e é um incrível retrocesso".

Disse Josaphat Marinho, brilhante jurista baiano: "A presunção é a de que justamente os centros mais evoluídos tem população capaz de promover as escolhas mais acertadas para a administração dos seus direitos e justamente estes perdem a aptidão da escolha de seus dirigentes".

O ministro do STF, Themístocles Cavalcanti, teve voto vitorioso ao afirmar na apreciação do Projeto n. 13-68: "Ora, a nomeação do prefeito é uma forma de desfiguração da redução da autonomia municipal. Mas a supressão da autonomia de municípios, não pressupõe nem garante a realização de um plano de desenvolvimento, enquanto reflete, seguramente instabilidade das instituições, sobretudo quando adotada em tempo de paz. Assim a eliminação arbitrária ou precipitada do governo local propriamente não beneficia a segurança nacional e amortece nas populações regionais o interesse pelo aperfeiçoamento regular da vida política".

Senhores Deputados do Paraná. Diante desta contingência, nem bem iniciamos os primeiros passos como membros deste Poder, vêmo-nos forçados a uma ampla e profunda definição.

Para nós do MDB, uma definição grata aliás, pois nos propicia duas oportunidades: a de demonstrarmos positiva atitude de não enveredarmos pelos caminhos desacreditados do sistematismo oposicionista, mas de leal desempenho da nobre missão de vigilar pela normalidade, e a outra, a mais importante, a de agirmos coerentes com os princípios fundamentais de que o Estado, detentor do princípio de soberania, não é propriedade de nenhum partido e de nenhuma classe.

Democracia é o governo do povo pelo povo.

Tendo povo no conceito, não de massa amorfa, obediente, tangível, inconsciente mas de conjunto de homens esclarecidos de suas convicções e de seus direitos.

Entendemos a Nação e o Município com os polos em torno dos quais gira a quase totalidade dos interesses dos cidadãos e da nacionalidade.

Somos, portanto, municipalistas para a melhor defesa e maior dignidade do cidadão, condição precípua da própria grandeza da Pátria, pois é no território dos Municípios e na faina diária de cada homem, de cada família, e no conjunto que propõem a comunidade municipal que se encontram a potencialidade das virtudes, do caráter, da alma que se configuram na miniatura da nacionalidade e com cédula de organismo nacional, feri-la, afron-

tá-la ou violentá-la é desequilibrar o funcionamento do organismo. Cortar a autonomia do que concerne a escolha de governantes nos municípios da Capital é esterilizar valiosas glândulas indispensáveis à vitalidade de um corpo que, mais do que nunca, precisa ser saudável.

Eis o meu voto.

Em 18-3-71".

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Após o brilhante discurso de V. Exa. apenas queríamos ressaltar o trabalho brilhante daquele que já deixou a Prefeitura, que foi Omar Sabbag. Podemos sentir no seio da população curitibana uma estima muito grande pela excelente administração que foi a de S. Exa. que hoje deixa a Prefeitura.

O SR. NIVALDO KRÜGGER — Agradeço o aparte brilhante de V. Exa. e comungo do mesmo pensamento, fazendo as vossas palavras as minhas também e, acredito, da nossa bancada. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o terceiro orador inscrito, sr. deputado Igo Losso.

O SR. IGO LOSSO — Sr. Presidente, srs. Deputados. Era meu propósito fazer na semana entrante o meu pronunciamento de trabalho inicial para a presente legislatura. Dela procurarei estabelecer as diretrizes que haverão de nortear a minha atuação, cujas diretrizes os nobres Deputados que conviveram conosco durante estes oito anos já as conhecem, mas que procurarei levar ao conhecimento dos outros nobres pares que aqui iniciam mais uma etapa de atuação parlamentar. Hoje, porém, a Casa aprecia uma matéria de grande relevância em que diz muito respeito a nossa condição representativa, isto porque, srs. Deputados, temos a grata satisfação e honra de representarmos aqui, nesta Casa o município de Curitiba. E neste último pleito recebemos uma consagração popular expressiva em função da qual nós aqui estaremos para trabalhar em conjunto com a Casa na solução dos magnos problemas que a nossa grande metrópole curitibana nos oferece.

A escolha do Prefeito de Curitiba é inequalavelmente um episódio histórico para a nossa Capital, para o nosso Estado. Diante disto, então, nós não poderíamos permanecer silentes e expressarmos a nossa opinião pessoal quanto à matéria. O nome indicado por S. Exa. o nobre governador Haroldo Leon Peres é do engenheiro civil e arquiteto Jayme Lerner. Tive a oportunidade de conhecer S. Exa. já como um dos técnicos do município de Curitiba, quando fez parte da administração Omar Sabbag. Do seu trabalho ali deixado, podíamos dar as melhores referências da sua capacidade e de seu espírito de querer ver Curitiba crescer e progredir. Agora ele se apresenta como o homem para governar a cidade de Curitiba. Quero, sr. Presidente e srs. Deputados, lamentar que S. Exa. não vá ter a oportunidade de comparecer a esta Casa, não na condição de sabatinado, mas na condição de homem público, para falar aos srs. representantes do povo tudo que anseia e deseja fazer por Curitiba. Tenho a certeza de que o futuro Prefeito de Curitiba o faria de bom grado, porque assim ele tem expressado com relação a seu círculo de amigos. Mas, se isto não é possível em caráter oficial, tenho a certeza de que o fará pela imprensa ou numa visita a esta Casa de Leis.

Curitiba é hoje alinhada como uma das cidades que apresenta um dos maiores índices de crescimento do País, sendo, apenas, superada por duas ou três cidades nacionais e isto demonstra o quanto o município de Curitiba requererá do Prefeito, com até hoje tem requerido.

O sr. Nivaldo Krügger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. argüiu uma questão, no meu entender, de grande importância. A presença, a visita, o encontro do Prefeito com esta Casa, parece uma medida de grande importância, porque seria a oportunidade para que todos os

conhecessem, e muito mais, em suas declarações na Casa, daria conhecimento ao povo de Curitiba, da administração que pretende realizar na cidade. Portanto, não cabe a mim, mas sugeriria a V. Exa., se assim o desejar, que fizesse um convite para que viesse a esta Casa, onde seria muito bem recebido.

O SR. IGO LOSSO — Agradeço o aparte e acredito que esse convite não teria caráter pessoal, mas poderia ser feito pela própria Casa, para que S. Exa. nos desse a honra de compartilhar por alguns momentos de nossa atuação e de nossa vida pública, expondo as diretrizes pelas quais haverá de nortear sua atuação.

Mas, como dizia nesta oportunidade, como um dos representantes do município de Curitiba, esperando muito de S. Exa., confiando muito na sua atuação, venho dar o meu voto de confiança a S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres que, pelas razões já conhecidas da Casa, escolheu o nome do engenheiro Jayme Lerner para a Prefeitura de Curitiba. Quero dar, também, o meu voto de confiança ao novo Prefeito, esperando que S. Exa. possa continuar esta obra grandiosa, que tem sido desenvolvida em Curitiba, e possa conduzir nossa cidade, nosso município à grandeza que ele realmente merece.

Aqui estarei com o ponto de vista dos munícipes de Curitiba, por que é meu hábito percorrer, quase que diariamente, os bairros da cidade, como também o centro, sentindo estes problemas. Embora minha atuação específica não seja administração municipal, de qualquer maneira, eu aqui procurarei traduzir tudo o quanto penso e espero, em termos de atuação e resolução de problemas.

Aqui estarei apoiando, sugerindo, criticando construtivamente, tudo o que entender ser necessário para que a atuação de S. Exa. possa ser a maior atuação para o bem de nossa querida Capital.

Este é o singelo pronunciamento que desejo fique registrado nos Anais da Casa, norteador a minha posição, quando da eleição para Prefeito Municipal de Curitiba, onde tenho a maior base eleitoral.

Faço votos que Deus ilumine S. Exa. nessa grande e espinhosa missão e juntos estaremos trabalhando para grandeza do País.

Era só, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a satisfação de anunciar a presença, neste Plenário, de S. Exa. o sr. Prefeito Municipal de Araucária.

Concedo a palavra ao nobre deputado Acyr José, quarto orador inscrito.

O SR. ACYR JOSE — Sr. Presidente, nobre srs. Deputados

A nossa tomada primeira de posição, devemos confessar a esta Casa, que a faremos, se Deus quiser, na próxima segunda-feira, já que se debate, neste instante, assunto de tamanha relevância e de suma responsabilidade para os destinos de Curitiba: a indicação do arquiteto Jayme Lerner, para Prefeito Municipal de Curitiba.

Aquêles que comigo exercitaram mandato anterior na Câmara Municipal de Curitiba sabem que nunca permiti, na minha atuação legislativa, que o interesse pessoal e particular, sobrepujasse ao público e ao coletivo.

Srs. Deputados, digo que me interessa de perto a Mensagem Governamental que ora tramita nesta Casa, pois que ela diz respeito, de perto, ao meu trabalho, à minha Curitiba, Curitiba que me viu nascer; a minha Curitiba tão pródiga e tão bondosa para com o seu filho.

Vejo, neste momento, a felicidade de S. Exa. o sr. Governador do Estado ao remeter a este Poder Legislativo o nome de um homem que, à frente de um Departamento complexo e difícil da Prefeitura Municipal de Curitiba, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano, saiu-se airoso, e há de traduzir sua atuação em dias futuros a Curitiba, que cresce vertiginosamente; que se expande e se coloca como uma das metrópoles mais futuro-

sas, num exemplo e num paralelo a outras grandes cidades mundiais e se vê e se apercebe pelo último relatório do seu Departamento de Urbanismo, que Curitiba compete, já neste momento, com as cidades de maior número, ou melhor, em que maior número de construções se realizam. É uma prova evidente, flagrante e robusta, que Curitiba cresce e se desenvolve, Curitiba a Capital bela do Estado do Paraná.

Ainda aduzindo à figura que esta Assembléia agora discute e que logo após regimentalmente vai ser votada, eu diria que muitas vezes a mesma foi laureada internacionalmente, sendo expoente brasileiro na técnica de espaço de terreno e no próprio IPUC, acredito que o arquiteto Jayme Lerner obteve sua consagração na elaboração e fixação do plano diretor da cidade de Curitiba, orientando principalmente, e é fundamental, o crescimento da cidade, preservando as áreas verdes, deixando os locais históricos, tradicionais e, ademais, evitando que a asserção da metrópole possa tolher aos homens a oportunidade de sentir de perto a magnificência e a beleza que a ciência e a tecnologia dos dias de hoje podem propiciar ao povo.

Sr. Presidente, srs. Deputados, quero felicitar também a Assembléia Legislativa, porque ouvi ontem e pela manhã de hoje, as vozes que aqui se levantaram, aqui afirmaram a capacidade e o tirocínio do arquiteto que deverá gerir os destinos de Curitiba e vejo que a oportunidade de minha presença humilde nesta tribuna, é de fazer também coro na aprovação desse nome tão honrado que irá dirigir Curitiba, que teve tantos outros Prefeitos brilhantes, e que vê, na oportunidade, o Prefeito anterior ser reconhecido pelo próprio Modebra pelo seu deputado Belinati, que elogiou a atuação brilhante que teve o exmo. sr. dr. Omar Sabbag, que caracterizou sua atuação pela sensibilidade humana que deve nortear o homem público, que é uma característica que se impõe ao administrador.

É vi nesta Assembléia que é muito fácil aplaudir as autoridades quando no início de seus mandatos e Omar Sabbag, numa prova eloquente insofismável, do reconhecimento da Câmara Municipal de Curitiba, da Câmara que representa o povo desta cidade, tributou suas homenagens ao final de seu mandato.

Transmito a esta Assembléia com enorme satisfação, jubilosa esta demonstração de um homem público que entrou a gerir os destinos de uma cidade que teve, no seu final, o reconhecimento de todo um povo.

Sr. Presidente, nobres senhores Deputados, peço a Deus que continue a espargir estas dádivas ao arquiteto Jayme Lerner que, neste instante abro-lhe, e confesso de modo particular e pessoal, um crédito de enorme confiança. Desejo que seja feliz como o foram vários Prefeitos da minha Capital do Estado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra de anunciar a presença neste Plenário, do sr. Alberto Catani, prefeito municipal de Pato Branco. Aproveita, também, a oportunidade de anunciar a presença dos srs. prefeitos de Loanda, Guaraçu e Diamante do Norte.

Concedo a palavra ao sr. deputado Maurício Fruet, quinto orador inscrito.

O SR. MAURICIO FRUET — Exmo. Sr. Presidente Wilson Fortes, ilustre deputado Ivo Tomazoni, 1.º Secretário desta Casa, ilustre deputado Quielise Crisóstomo, meus preclaros colegas de Assembléia.

A nossa homenagem e o nosso voto de reconhecimento ao prefeito de Curitiba Omar Sabbag que, durante quase quatro anos, dirigiu os destinos da nossa Capital com muita combatividade, com muito ardor e desprendimento e até mesmo sacrifício, sacrifício que, inclusive, abalou a sua saúde na defesa dos mais lídimos interesses da Capital do Estado.

Fiquem, portanto, consignados na Ata dos trabalhos desta sessão, as nossas palavras de homenagem a Omar Sabbag, o ilustre engenheiro e professor que com tanto brilho dirigiu os destinos da Capital do Estado.

A nossa posição com referência ao episódio que hoje estamos vivendo já foi participada à Casa pelo ilustre líder da bancada do meu MDB. Gostaria apenas de acrescentar que conhecemos o trabalho do arquiteto Jayme Lerner, cujo nome hoje será submetido ao referendo da Assembléia Legislativa. Conhecemos, o seu trabalho, conhecemos a sua competência.

Vimos, portanto, a esta tribuna desejar ao arquiteto Jayme Lerner felicidades à frente dos destinos de Curitiba; que o arquiteto Jayme Lerner possa continuar na mesma trilha que Omar Sabbag desenvolveu durante quase quatro anos e, acima de tudo, esperamos que o exmo. sr. Governador do Estado, que indicou a esta Casa o nome de Jayme Lerner, compreenda os interesses e os problemas de Curitiba e, nesse sentido libere, para a Capital do Estado, as verbas orçamentárias que por anos e anos são recolhidas nesta Casa, em favor da Capital do Estado, mas que, infelizmente não são liberadas.

Curitiba necessita de uma série de melhoramentos, Curitiba precisa do apoio do Governo do Estado, para a concepção, para a execução dessas obras. Temos a certeza de que o sr. Governador do Estado, que indicou o arquiteto Jayme Lerner para dirigir os destinos de Curitiba, saberá compreender o drama que vive nossa Capital, nos mais diversos problemas, e dar-lhe-á a necessária cobertura financeira para a execução dessas obras.

São êstes os nossos votos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, ao sr. deputado Muggiatti Filho, sexto orador inscrito.

O SR. MUGGIATTI FILHO — Sr. Presidente, demais componentes da Mesa, meus nobres colegas.

Antes de mais nada, no encaminhamento desta votação, queremos dizer que a nossa presença nesta tribuna, como se verá no decorrer daquilo que nos cabe registrar nos Anais da Casa, não se faz, tendo em vista a dizer aquilo que não teria qualquer objetivo de justiça. Não entendemos que a obstrução, que poderia muito facilmente ser feita nesta sessão; não entendemos, sr. Presidente, que graves irregularidades na observância dos preceitos institucionais, mesmo que preceitos regimentais que estão sendo verificados; mas, queremos declarar que, reconhecendo a prevalência antecipada da vontade deliberada já, da maioria por antecipação, que não entendemos que se possa aceitar a obstrução, seja nos processos judiciais, seja nos processos legislativos, se esta obstrução, não visa um fim que possa significar a prática de um ato de justiça. Obstruir ou prorrogar esta sessão, não iria redundar num ato de justiça; entendemos que a obstrução fere a ética, e isso, numa palavra, pode ser dito, ou melhor, ser espelhada como a prática da chicana, e nós, com a graça de Deus, durante os 22 anos que temos exercido a prática na nossa profissão de advocacia, condenamos a prática da chicana, lutamos contra obstruções e, aqui, seremos sempre contra obstruções, desde que ela não possa significar um resultado de justiça.

No entanto, sr. Presidente, como prelimitar desta votação, devo esclarecer a V. Exa. que não me conformei em absoluto, embora respeite a opinião de V. Exa., e embora acate o despacho proferido por V. Exa. no encaminhamento do Projeto de Resolução que apresentei juntamente com um Projeto de Lei visando atualizar a redação de preceitos legais que aqui estão sendo relegados a planos secundários, não me conformei, quando disse V. Exa., no ilustrado despacho, que não haviam sido ainda constituídas Comissões competentes para a apreciação da matéria.

Entretanto, se meu requerimento foi feito tendo em vista principalmente porque havia conexão de interesses, de fatos jurídicos, se conexão havia entre o Projeto em andamento, entre a matéria em andamento e o Projeto apresentado, a própria Comissão teria competência para apreciar esta matéria. Ademais, deixei de recorrer para o Plenário, para que ficasse registrado também este meu recurso ao Plenário, respeitando já o antecipado pronuncia-

mento do ilustre líder da maioria, deputado João Mansur, que se pronunciando na oportunidade assegurou que hoje estaria pronto o Parecer da Comissão Especial, embora isso houvesse estranhado o ilustre líder da nossa bancada, pois que se a própria Resolução que disciplinava a matéria, manda que a Sessão Especial seria convocada após o recebimento do Parecer, ora este Parecer que V. Exa. tem em suas mãos é datado de hoje, logo, esta sessão não poderia ter sido convocada em data de ontem. Estamos, então, numa situação contra a qual nos insurgimos, porque temos por princípio, acima de tudo, o respeito à Lei. Não admitimos, em absoluto, sem os nossos protestos, que haja submissão a outra força que não seja a força da Lei. Não admitimos a submissão à força do indivíduo, da pessoa que não esteja representando a lei. A submissão à Lei é prática da democracia. Sem ela não existe democracia. Se uma Casa que pratica a feitura, a confecção de leis relega a plano secundário o respeito às resoluções, as suas próprias resoluções, que fique isto registrado, porque não entendemos que dentro desta Casa alguém tivesse pleiteado o voto do povo, dizendo ao povo que pretendia legislar debaixo da vontade arbitrária. Então, entendemos isto, entendemos, talvez, que a praxe desta Casa, como bem disse o nobre deputado Arthur de Souza, a cuja ilustre pessoa me referi, porque iria abordar problema levantado pelo mesmo, constitui praxe nesta Casa a votação manifestada através do voto "sim" ou "não"; do nobre Deputado, cuja referência não encontrei expressa no Regimento Interno e se ela existe, me penitencio, mas encontro no Regimento Interno, no seu Artigo 154, existir a obrigação do Deputado de votar quando presente à sessão. Nós respeitamos a lei acima de tudo, como a lei manda votar, embora discordando desta lei, nós praticamos o exercício do voto. Então, não vai também aqui, sr. Presidente, qualquer ato ou qualquer atitude nossa como bem acentuei, e como bem acentuou o nosso eminente Líder, qualquer desabono a ilustre pessoa indicada por S. Exa. o Governador do Estado, engenheiro Jayme Lerner e de cuja mensagem discordamos num tópico, ou melhor, acrescentaríamos um tópico. Nem só as pessoas de grau superior, que possuem os mais destacados cursos, nem só as pessoas que defendem as mais brilhantes teses, são grandes administradores. Depende do tino administrativo que possam ter, que possa ter a pessoa investida no cargo, mas este tino acreditamos que se encontre na pessoa do Prefeito indicado.

Então, o preceito constitucional vigente a que nos referimos, da Constituição do Brasil, estabelece por princípio constitucional que há a obrigação de votar, no Artigo 147, parágrafo 1.º, há a obrigação do exercício do voto, a todos os eleitores brasileiros de modo que existe esta obrigação de votarmos. O M.D.B., respeitando a legislação vigente, embora discorde dela, vai praticar o exercício do voto que é secreto, que pode ser o voto do "sim", que pode ser o voto do "não", mas que pode ser o voto "em branco", data venha, do eminente deputado Arthur de Souza.

Sr. Presidente, não há outro objetivo nesta explanação se não aquele de que nós convivemos e temos nesta Casa convivência com a maioria, cuja maioria está adstrita, por sua vez, à minoria e deve admitir a participação e a fiscalização da minoria em todos os atos que estejam afetos a esta Casa, como diz Aliomar Baleeiro, participando da gênese que emana da vontade popular. Mesmo porque, esta minoria que aqui se encontra é uma minoria perante a Casa, mas representa também a grande maioria do povo paranaense em Guarapuava, em União da Vitória, em Londrina, em Paranaguá, em Cianorte, em Arapongas, em Sabaúdia, as duas últimas que tenho a honra de representar. Esta minoria representa também a maioria que se traduz na vontade popular destas comunas que nos elegeram com o mesmo direito com que estão elegendo seus Prefeitos Municipais, de acordo com o que dispõe a Constituição Federal. Se assiste a todas os Municípios o direito de escolher seus Prefeitos, porque negar ao povo de Curitiba, um povo, justamente, em maior número, um povo que representa a Capital, onde existem

maiores recursos para divulgação, através de rádios, jornais e TV, meios ao alcance dos governantes para esclarecer a prática da democracia, porque retirar-se da Capital o direito de escolher seu Prefeito?

E contra isto que nos levantamos e estaremos presentes em todas as ocasiões que se fizerem oportunas. Representando esta maioria, estamos representando a consciência do povo que ouviu a defesa deste princípio em praça pública, de cada um de nós.

Assim aqui fica registrado o meu voto, em colaboração ao que disse o nosso ilustre líder e a expressão sincera de que nada mais queremos do que o respeito à lei, sobretudo a submissão só à lei. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão da Proposição n.º 13-71.

O sr. 1.º Secretário procederá à chamada dos srs. Deputados para a votação, em escrutínio secreto.

(É feita a votação)

Votaram 47 srs. Deputados. A Presidência designa os srs. deputados Maurício Fruet, Xoroxonte Villanueva e Antônio Maciel para comporem a Comissão escrutinadora.

(A Comissão designada procede o escrutínio)

O resultado da votação foi o seguinte: 38 srs. Deputados votaram "sim"; 9 votos em branco.

A Presidência tem portanto, a satisfação de declarar aprovado o nome do engenheiro Jayme Lerner, para a Prefeitura Municipal de Curitiba.

Sobre a mesa, Indicação do sr. deputado João Mansur, na qualidade de líder da Aliança Renovadora Nacional, indicando nomes de srs. Deputados que irão compôr as diversas Comissões Técnicas desta Casa. — Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para as devidas anotações.

Requerimento de autoria do sr. deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando seja designada uma Comissão de srs. Deputados para formularem convite ao sr. dr. Jayme Lerner, novo Prefeito de Curitiba, para uma visita ao Poder Legislativo. Aprovado. A Presidência designa a seguinte Comissão para manterem entrevista: deputados Igo Losso, Acyr José, Erondy Silverio, Maurício Fruet e Arthur de Souza.

Tenho a honra de comunicar a presença nesta Casa, do Prefeito de Guaracy, sr. Darcy de Oliveira.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para a próxima segunda-feira, dia 22 (vinte e dois) à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:
ORGANIZAÇÃO DAS COMISSÕES

Levanta-se a sessão.